

LD
#



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 21/2022

----- Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cadoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Susana Maria Marques Higino de Avelar Gaspar e Miguel Félix Paulo.-----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- Não se registaram faltas. -----
----- Pelas dez horas e verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi presente a Ata nº 20, datada de 14 de outubro, a qual foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----
Operações Orçamentais: cinco milhões, setecentos e oitenta mil, duzentos e sessenta e oito euros e noventa e oito cêntimos. -----
----- Operações não Orçamentais: quatrocentos e catorze mil, quinhentos e oitenta e dois euros e trinta e seis cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Não havendo assuntos para conhecimento seguiu-se o período de Intervenção dos Membros do Executivo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- O Vereador Miguel Félix Paulo, apresentou cumprimentos a todos os presentes e iniciou a sua intervenção questionando sobre o ponto de situação da elaboração da Carta Municipal de Habitação prevista na lei de bases para a habitação, uma vez que se encontra em curso uma estratégia local de habitação. Fez por isso referência às dificuldades com que os estudantes e professores se deparam, nomeadamente o valor elevado das rendas

LN
P
e a falta de habitação no Concelho de Rio Maior, situação que se deve também à existência de uma grande comunidade emigrante a residir no Concelho de Rio Maior. -----

----- Questionou também sobre o ponto de situação da revisão do Plano Diretor Municipal.

----- Sobre a cobrança da água no Concelho de Rio Maior, disse que tinha chegado ao seu conhecimento que tinha havido algumas dificuldades nesta área, nomeadamente no que se refere à comunicação à Autoridade Tributária, referindo a eficiência daquele serviço nas cobranças e ao seu poder coercivo. Referiu que uma empresa riomaiorense que concorreu a um financiamento de Fundos Comunitários, e porque não tinha recebido, atempadamente, correspondência do Município para proceder ao pagamento da água, a falta de pagamento foi comunicada à Autoridade Tributária, constituindo uma dívida fiscal, o que causou alguns transtornos quando precisou de fazer o levantamento dos fundos atribuídos, salientando ainda que lhe tinham sido relatadas outras situações idênticas. ----

----- Relativamente à presente questão, disse que Município deveria encontrar mecanismos para acautelar aquela situação, nomeadamente com o envio de um 2º aviso de alerta de pagamento aos municípios. -----

----- Referiu também que a circulação de trânsito dentro da povoação de Asseiceira, devido ao corte de trânsito no IC2, apesar de já estar prevista, tem causado alguns constrangimentos à população. Questionou também quais eram as contrapartidas negociadas pelo Município de Rio Maior com o IP, no que se refere à reposição de pavimentos, sinalética e medidas de mitigação futura de condicionamento de velocidade. -

----- Sobre as comemorações do 30º Aniversário da Escola Profissional de Rio Maior, disse que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista não tinham sido convidados, e solicitou esclarecimentos sobre este facto, questionando se tinha sido a Escola Profissional que não quis a presença dos Vereadores e/ou se a Câmara Municipal não lhes tinha feito chegar o convite, informando que tinham tido conhecimento das comemorações levadas a cabo por aquela entidade através da comunicação social local. -----

----- Disse ainda que gostaria de colocar esta questão ao Diretor da Escola Profissional e ao Presidente da Câmara Municipal, solicitando cópia da comunicação que foi enviada à Câmara Municipal. -----

----- Continuou dizendo que no passado mês de outubro tinha solicitado ao Gabinete de Apoio à Presidência, por escrito, cópia do convite que foi dirigido à Câmara Municipal por parte do Centro de Dia de Alcobertas, relativamente a cerimónias realizadas, considerando que também não tinham recebido nenhum convite, no entanto ainda se encontravam a aguardar essa resposta. -----

----- O **Presidente da Câmara Municipal**, interveio para responder às questões colocadas, começando por dizer que relativamente à Carta Municipal de Habitação, ainda não haviam alterações significativas, no entanto passava a palavra à Vereadora Leonor

Fragoso para fazer o ponto de situação. -----

----- Sobre o (PDM) Plano Diretor Municipal, passou também a palavra ao Vice-Presidente para também ele fazer o ponto de situação. -----

----- Relativamente à cobrança da água, disse que tinham havido algumas reclamações esporádicas sobre o assunto, que foram devidamente tratadas. -----

----- Continuou dizendo que esta alteração tinha sido feita há sensivelmente 1 ano, e aquando dessa alteração a Câmara Municipal decidiu alargar o período de pagamento voluntário das faturas de água, retirando assim o referido 2º aviso, informou também que o protocolo com a AT (Autoridade Tributária), tinha sido aprovado por unanimidade no mandato anterior, e que a Câmara Municipal estava a cumprir o que tinha sido acordado.

----- Prosseguiu dizendo que a Câmara Municipal não era insensível a esta matéria e que estava a trabalhar na revisão do Regulamento de Águas para que o mesmo possa vir a contemplar o envio de SMS's, (Serviço de Mensagens Curtas), para que antes das faturas irem para execução fiscal, as pessoas possam receber uma mensagem de aviso. -----

----- Relativamente à circulação do trânsito no IC2, disse que o Município tinha tido conhecimento antecipado das obras que iriam ser executadas pela IP - Infraestruturas de Portugal, bem como o desvio que iria ser feito pelo centro da localidade de Asseiceira, e tudo que era do domínio do Município foi feito de forma atempada para que o constrangimento provocado pelo trânsito fosse bastante mais reduzido, nomeadamente, com a colocação de sinalética e lombas ao longo do troço, foi também feito, em conjunto com os técnicos da IP, uma inspeção às condições do piso, para que no final das obras o mesmo seja devidamente reparado caso haja essa necessidade. -----

----- Quanto à EPRM (Escola Profissional de Rio Maior), disse que tinha registado a indignação do Vereador Miguel Félix Paulo, e acrescentou que tinha recebido o convite para as comemorações do 30º Aniversário da Escola Profissional de Rio Maior, por e-mail dirigido à sua pessoa, e julgava que os Vereadores também tinham recebido o referido convite por e-mail, acrescentou que desconhecia se o GAP (Gabinete de Apoio à Presidência), tinha recebido algum convite, no entanto era importante esclarecer esta questão para que o Vereador Miguel Félix Paulo pudesse questionar a quem de direito a razão de não ter recebido o convite. -----

----- Relativamente à questão das comemorações do Centro de Estar de Sourões, e tendo em conta que tinha sido solicitado cópia do convite que foi dirigido à Câmara Municipal, relativamente a cerimónias realizadas, solicitou ao chefe de Gabinete que fizesse chegar ao Vereador Miguel Félix Paulo a referida comunicação o mais breve possível, considerando que já tinha passado demasiado tempo. -----

----- A **Vereadora Maria Leonor Magalhães Fragoso**, apresentou cumprimentos a todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que as Cartas Municipais de Habitação, de



Equipamentos Sociais e de Educação, estavam sempre na ordem do dia, no entanto e tendo em conta que eram instrumentos muito trabalhosos e morosos de se construírem, foi priorizada, em termos de habitação, a Estratégia Local de Habitação, que incide sobre um conhecimento aprofundado da realidade e permite também o acesso a candidaturas a financiamentos, nomeadamente Primeiro Direito e Plano de Recuperação e Resiliência, ainda assim e quando forem iniciados os trabalhos sobre estas questões, a Vereadora referiu que será dado conhecimento.-----

----- O **Vereador João António Lopes Candoso**, apresentou cumprimentos a todos os presentes, e interveio para responder à questão colocada sobre o PDM (Plano Diretor Municipal), dizendo que já tinha feito o ponto de situação à uns meses atrás, no entanto iria recapitular os avanços que houve até então. -----

----- Disse que a proposta tinha sido enviada à CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) em novembro de 2019, tendo sido nesta altura iniciado o processo de concertação com todas as entidades, acrescentou que durante o período da pandemia COVID-19, não houve desenvolvimento significativo. -----

----- Continuou referindo que atualmente estava em falta terminar a REN (Reserva Ecológica Nacional), e nesse sentido tinham sido feitas várias tentativas para reunir com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), no sentido de resolver esta questão e foi na passada semana que finalmente ficou resolvida, faltando apenas fazer umas pequenas correções, que serão entretanto enviadas, será depois agendada uma nova reunião, já com todas as correções, a fim de ser marcada a reunião final com a CCDR, posteriormente será presente à Câmara Municipal para discussão pública. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTOS DA ORDEM DE TRABALHOS** -----

----- **PONTO I – DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- **DESPACHO Nº 69 DE 2022, DE 21 DE OUTUBRO - APROVAR AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO (CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMA DE CONCURSO) - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (MT E BTE).** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho nº 69 datado de 21 de outubro de 2022, pelo qual se determinou a aprovação das peças do procedimento (Caderno de Encargos e Programa de Concurso) anexos à informação n.º 52/2022/UPGF/VN, datada de 18.10.2022. -----

----- Notificar o presente despacho à CCE-CIMLT, para os devidos efeitos. -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação o Despacho foi **ratificado por unanimidade**. -----

----- **PONTO II – PROPOSTA Nº 5 – PLANO DE OTIMIZAÇÃO, RENOVAÇÃO E REABILITAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, EM BAIXA, DO CONCELHO DE RIO MAIOR – EXECUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fosse o Vereador Miguel Félix Paulo a apresentar o **Ponto II e Ponto III**. -----

----- O **Vereador Miguel Félix Paulo**, sugeriu ao Presidente da Câmara que a discussão dos pontos II e III, fosse feita em conjunto, considerando que os assuntos estão interligados, sendo a votação feita de forma separada após a discussão. -----

----- **Presidente da Câmara** -----

Apresentou a proposta do Vereador Miguel Félix Paulo aos restantes Vereadores, tendo a mesma sido aprovada. -----

----- O **Vereador Miguel Félix Paulo**, disse que à semelhança de outros Municípios, Rio Maior também tinha um grave problema na rede de distribuição de água, referindo que não conhecia o estado atual da mesma, mas os últimos dados de que teve conhecimento, as percentagens do abastecimento de água em baixa rondavam os valor de 49 a 51%. -----

----- Continuou, dizendo que deveria haver um plano para a reparação da rede, bem como um plano para fazer chegar o saneamento básico à população de uma forma condigna e organizada. -----

----- Referiu que havia muito desperdício de água e que achava estranho não haver um plano físico e/ou um mapa onde estivesse minimamente identificada e caracterizada a rede de água e de saneamento a fim de se perceber faseadamente quanto custa, como se irá financiar e como será feito esse desenvolvimento que é básico e essencial numa sociedade moderna. -----

----- Continuou dizendo que era necessário fazer um planeamento e financia-lo em sede de orçamento Municipal, porque relativamente à atual crise energética um pouco por todo o País os municípios estavam a movimentar-se nesse sentido, disse que esta não era uma questão exclusiva de Rio Maior, mas era necessário a Câmara estar preparada a todo o momento com um plano, porque, com certeza, irá haver uma concertação social, nacional e europeia para financiar estes tipos de problemas. -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- O **Vereador António Lopes Cadoso**, interveio para responder às questões colocadas, e começou por dizer que relativamente às propostas apresentadas já tinha havido por parte do Vereador alguns esclarecimentos sobre este assunto, no entanto tinha tido algumas duvidas sobre o mesmo, nomeadamente sobre o que se iria deliberar, recomendar ou discutir, porque na sua perspetiva a proposta não definia exatamente aquilo que se pretendia deliberar, referiu que com a apresentação do ponto o Vereador Miguel



Félix Paulo, prestou mais alguns esclarecimentos. -----
----- Assim e relativamente à questão do saneamento básico e abastecimento de água, disse que a Câmara Municipal tem trabalhado diariamente para garantir que a prestação destes serviços seja a melhor possível para os munícipes, no entanto era necessário conhecer a realidade de Rio Maior e acrescentou que nos últimos mandatos foi feito um grande esforço para que as perdas de águas fossem contabilizadas com valores reais para se poder planear. -----
----- Continuou dizendo que não tinha havido aumento de perdas de água, mas sim a contabilização real de todas as perdas, considerando que anteriormente não havia esta contabilização. -----
----- Disse ainda, que nos mandatos em que do Partido Socialista esteve na Câmara Municipal, haviam Fundos Comunitários disponíveis para tratar estas áreas, no entanto não foram feitos os investimentos necessários, e perante o problema era necessário encontrar a solução. -----
----- Na questão do abastecimento de água foi elaborado um Estudo Técnico Pormenorizado que incluía o diagnóstico da situação atual, bem como a solução técnica a implementar o orçamento e a intervenção a fazer, relativamente às perdas reais de água, referiu que na altura foi também apresentado e discutido com os Vereadores do PS. -----
----- Continuou referindo que este estudo, tem vindo a ser atualizado com os valores que vão surgindo, estando apenas em falta uma intervenção final que irá permitir e resolver esta questão de uma vez por todas e para por em prática esta solução era necessário haver sensibilidade por parte do Governo Português, nomeadamente com a abertura de candidaturas que permitam que as Câmaras Municipais possam implementar os seus projetos. -----
----- Ainda e sobre o Saneamento Básico, lembrou ao Vereador Miguel Félix Paulo, do projeto que na altura foi apresentado pelo Partido Socialista, que consistia na exposição da bacia ideográfica de Rio Maior que serviu de "chapéu" a diversas redes de saneamento, no entanto não abrangeu todo o concelho e como já tinha referido, na altura haviam Fundos Comunitários para resolver estas situações, questionou o porquê de na altura não se ter abrangido todo o Concelho, porque seguramente hoje o problema estaria resolvido. -----
----- Continuou referindo que desde então a Câmara Municipal tem vindo a aumentar e a melhorar as redes, e que os Vereadores do PS, poderiam contribuir para melhorar esta situação, usando da sua influência junto do Governo Português, sensibilizando-o para a abertura de candidaturas para estas áreas, atendendo a que esta seria a melhor altura porque encontra-se em curso o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). -----
----- Terminou a sua intervenção dizendo que, por todo o exposto as Propostas apresentadas pelos Vereadores do PS, não faziam qualquer sentido, considerando que a

LP
e

Câmara de Rio Maior tem um planeamento para seguir e que as referidas Propostas eram apenas manobras de populismo e folclore político. -----

----- O **Vereador Miguel Félix Paulo**, interveio para responder às questões do Vereador António Lopes Candoso, e começou por dizer que ainda bem que o PS, administrou a Câmara Municipal durante 24 anos, porque se não o tivesse feito, hoje em dia onde se iriam buscar argumentos e respostas para um conjunto de situações que existem, quando já estão à 13 anos e em maioria na Câmara Municipal. -----

----- Disse que estava perplexo em ouvir respostas deste nível, porque assim percebia a capacidade proativa que se tem revelado meramente reativa. -----

----- Relativamente à questão do PRR, questionou o que o Município tinha feito junto da CDRLVT, do Governo e junto de outros Municípios para perceber o que se encontra a decorrer sobre esta matéria a nível nacional, referindo que por diversas vezes já alertara o Município para se colocar na primeira linha sobre algumas questões que se encontram a decorrer. -----

----- Sobre os problemas da rede de águas referiu que não tinham sido especificados valores e sobre as perdas de água não tinha afirmado que os valores tinham aumentado, não se tratava de populismo porque se seguiam pelos valores que lhe eram apresentados e aos quais tinham acesso.-----

----- Referiu também que as propostas apresentadas não foram fundamentadas com nenhum documento sobre o estado real das redes de abastecimento pela falta de planeamento e visão de futuro que a Câmara Municipal apresenta, sendo sobre esta forma de trabalhar que se insurgia. -----

----- Continuou dizendo que se fosse Presidente da Câmara Municipal lhe era completamente impossível gerir um problema como seja o abastecimento de água ou o saneamento, sem ter na sua secretária um mapa do Concelho onde constassem linhas identificativas de onde haviam perdas e onde fazia falta redes de saneamento, com o objetivo de poder planear e orçarmentar. -----

----- Disse ainda que o que se proponha era que a Câmara Municipal colocasse num documento de planeamento exatamente o estado da rede de abastecimento e saneamento, para que se pudesse, como foi referido, usar da influencia junto do Partido Socialista para tentar resolver os problemas de Rio Maior, no entanto, acrescentou que sem o referido documento não poderia expor os problemas, pois não os conhecia exatamente. -----

----- Continuou dizendo que, como membro do executivo, queria saber o estado exato das redes, bem como, se o Executivo pretende elaborar um plano para estas questões absolutamente essenciais nos dias de hoje. -----

----- O **Vereador António Lopes Candoso**, interveio novamente para prestar alguns

esclarecimentos, referindo que não tinha mencionado que o Vereador Miguel Félix Paulo tenha dito que a percentagem de perdas de água tinha aumentado. -----

----- E quanto à referência de que as propostas não tinham sido acompanhadas de fundamentação, esclareceu também, que quem apresenta as propostas é que tem de as fundamentar. -----

----- Disse também, que quando se referiu ao passado, nomeadamente, na altura em que o Partido Socialista estava à frente da Câmara Municipal, tinha havido uma oportunidade de resolver estas situações através dos Fundos Comunitários e que não tinha sido utilizada. -----

----- O **Presidente da Câmara Municipal**, interveio solicitando que as intervenções fossem feitas com mais contenção no discurso. -----

----- Continuou dizendo que tinha o Pelouro das águas e saneamento da Câmara Municipal desde 2017, por isso conhecia muito bem este tema e referiu-se às palavras do Vereador Miguel Félix Paulo quando este disse: "sendo o Presidente da Câmara Municipal era impossível gerir este tema sem ter um mapa", referiu que estas questões já não se constroem com mapas, já exigem outros métodos e o planeamento que tem de ser feito de forma dinâmica e não estática. -----

----- Prosseguiu com uma serie de esclarecimentos e informações que lhe pareciam uteis para que todos pudessem ficar mais esclarecidos à cerca do que tem sido a estratégia de planeamento do setor de águas e saneamento por parte da Câmara Municipal, para que as duvidas se possam dissipar. -----

----- Assim e concordando com as palavras do Vice-Presidente, quando disse que as Propostas apresentadas pelos Vereadores do PS, acabam por não ser propostas, opinando que se fossem estas propostas a figura de uma recomendação que pudesse incentivar, acelerar e dinamizar este procedimento, possivelmente seriam aprovadas por todos. -----

----- Continuou para esclarecer as duvidas colocadas pelo Vereador Miguel Félix Paulo, e sobre as perdas de água disse que no ano 2021 o valor era de 44%, no ano 2017 o valor era de 53%, e com muito trabalho tem-se conseguido fazer uma redução de cerca de 2% por ano. -----

----- Prosseguiu dizendo que desde o ano de 2017 a esta parte foram implementadas na esmagadora maioria dos depósitos de abastecimento e nas captações de água do Concelho de Rio Maior, equipamentos de telemetria e telegestão que permitem a todo o momento fazer a gestão do sistema de água de forma remota, tendo também informação imediata à cerca do ponto de situação, este é o trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver e a seguir, encontrando-se bem definidas as suas prioridades. -----

----- E quando o Vereador Miguel Félix Paulo disse que não havia um plano escrito, referiu

LD
/

que de facto não há um documento escrito, mas a telemetria e a telegestão está implementada e encontra-se a ser gradualmente implementada, também, na zona norte do concelho, desde a localidade do Alto da Serra até à localidade de Casais Monizes, encontrando-se na fase de orçamentação para ser adjudicada. -----

----- Relativamente à crítica do Vereador António Lopes Candoso ao Partido Socialista, disse que esta fazia sentido, porque do ponto de vista político, e de acordo com alguns conceitos o valor de 6% gerado pelo volume de negócio deve ser investido na manutenção das redes.-----

----- Continuou dizendo que o Município de Rio Maior, nos últimos 5 anos, tem investido muito mais do que o valor de 6% do volume do negócio, na manutenção e melhoria na rede de águas bem como a substituição de condutas nas vias. -----

----- Disse que também tinha sido referido “que grande parte do problema da Câmara Municipal de Rio Maior se prendia com as perdas de água aparentes, ou seja, que eram consumos autorizados, mas não medidos”. Assim informou que a Câmara Municipal desde o ano de 2017, teve o cuidado de instalar mais de uma centena de contadores nos locais em que o consumo era autorizado, mas não era medido nem faturado, e, portanto, tudo isto contribuía de forma decisiva para as perdas aparentes, neste momento, a Câmara Municipal tem cerca de 90% da cobertura de todos os consumos medidos e hoje consegue obter a condição real do que é o sistema de águas no concelho. -----

----- Informou que no ano de 2018, foi feito um investimento considerável na aquisição de um equipamento de deteção de fugas, bem como na formação dos operacionais, por forma que com esse equipamento possam fazer uma busca ativa de fugas. -----

----- Ainda e relativamente às palavras proferidas pelo Vereador Miguel Félix Paulo, quando referiu que os assuntos deveriam ser tratados de forma mais séria e mais construtiva, disse que discordava da sua opinião, porque eram palavras muito fortes que podiam ser interpretadas como que a Câmara Municipal não trata os assuntos de forma séria e construtiva, o que não corresponde à verdade. -----

----- Continuou dizendo que a qualidade do serviço de águas prestada aos Municípios no Concelho de Rio Maior, foi reconhecida pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), com o selo da mais alta qualidade no ano de 2021, com isto não quer dizer que não hajam problemas, mas ainda assim não pode afirmar que a Câmara Municipal presta um mau serviço aos Municípios. -----

----- Disse também que o Vereador Miguel Félix Paulo, referiu que o Município não tem um plano definido com linhas identificativas e que não sabia onde existiam os problemas para serem resolvidos de imediato. Informou que do valor de 44% de perdas que o Município tem, na sua opinião 80% destes 44%, se perdem no circuito entre os depósitos do Via-Vai e o Centro de Saúde, sendo este percurso que tem os locais de maior consumo

 e onde existe a maior conduta de abastecimento à cidade, construída em fibrocimento com, sensivelmente, 50 anos, e que é a principal fonte de perdas do Concelho. Neste conhecimento o Município tem já executado um projeto Técnico para redução de perdas, para monitorização e regulação de pressões por forma a reduzir esta que é a maior “fatia” das perdas. No ano 2018 existia um orçamento de cerca 1.300.000€, no entanto referiu, ser espectável que no momento atual, possa chegar aos 2.000.000€. -----

----- Ainda e quando o Vereador referiu que a Câmara Municipal não tem exercido a sua capacidade de influencia e que não estava atenta, respondeu que o Ciclo Urbano da Água será decidido em Programa Operacional nas CIM(s), razão pela qual está, esta Câmara Municipal através do seu Presidente, na Comunidade Intermunicipal a dizer que a sua prioridade numero um, de investimento para o Concelho, será o Ciclo Urbano da Água, para resolver estes problemas, por conseguinte, reforça não ser verdade a afirmação do Vereador. -----

----- Quando o Vereador referiu, que Rio Maior não estava atenta à questão do PRR, O Senhor Presidente informou que a Câmara Municipal de Rio Maior, está no TOP 10, a nível Nacional relativamente aos Projetos aprovados para o seu território no PRR, dizendo que outras câmaras de maior dimensão estavam equiparadas àquilo que é captação de investimento por parte da Câmara Municipal de Rio Maior, acrescentando que conseguir fixar aqueles investimentos era motivo de grande orgulho para a Câmara Municipal e principalmente para os Riomaioreses. -----

----- Ainda e relativamente à questão das águas, pelos dados que foram partilhados e pela planificação que foi demonstrada, disse que acreditava que não fazia sentido aprovar uma Proposta que era mais vazia do que as informações que foram dadas. -----

----- Quanto ao saneamento, disse que o Concelho de Rio Maior, tinha ainda alguma extensão do seu território com falta de cobertura, por ser tecnicamente difícil de execução, e outra porque ainda não foi executada, no entanto, informou, que será feita a todo o momento. -----

----- Continuou dizendo que desde o ano de 2017, onde era possível construir redes de saneamento que funcionam de forma gravítica e cuja execução, manutenção e operacionalização era de custo mais reduzido, o Plano de Intervenção da Câmara Municipal tem feito esta execução, optando por priorizar o investimento em esgoto doméstico gravítico, posteriormente a intervenção será nas localidades e arruamentos onde é necessário saneamento recorrendo à pressurização através de Estações Elevatórias, referiu que haviam situações de saneamento ainda com alguma gravidade no Concelho, dando como exemplo o Bairro Social de Azambujeira, que não estando diretamente na responsabilidade da Câmara Municipal, porque era uma contrapartida das Águas do Oeste, está a ser negociado para poder ser ligado à Estação de Tratamento de

São João da Ribeira. -----
----- Dirigiu-se aos Senhores vereadores do Partido Socialista, dizendo que mais uma vez e por tudo o tinha sido transmitido, a ausência de Plano, de Estratégia e Trabalho era “coisa”, que o Município não tinha, assim a Proposta apresentada para a construção de Planos de otimização, renovação e reabilitação, já o Município de Rio Maior tinha feito esse plano e que em traços gerais era o trabalho dito “normal” de funcionamento de uma Câmara Municipal, não havendo necessidade de vir o PS, ou qualquer outro elemento Político, dizer à Câmara Municipal “façam o vosso trabalho”, solicitou ainda ao Vereador Miguel Félix Paulo, que perante estas informações, fosse justo nas comunicações que tem por habito fazer.-----
----- Continuou, dizendo que respeitava democraticamente a Proposta apresentada, no entanto entendia-a como vazia de conteúdo porque o trabalho está feito, e por essa razão não iria votar favoravelmente, não obstante, e como recomendação referiu que se encontrava sempre disponível para trabalhar nesta questão em conjunto com os Senhores Vereadores. -----
----- Terminou a sua intervenção dirigindo-se aos Vereadores do PS, dizendo que, se houvesse necessidade de reunir com alguém para fazer qualquer tipo de explicação sobre esta matéria, o executivo Câmara Municipal estava disponível para o fazer. -----
----- Colocado à votação o **Ponto II**, o mesmo foi **reprovado** com 2 votos a favor dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e 5 votos contra do Presidente da Câmara e dos Vereadores eleitos pela Coligação Juntos pelo Futuro, com declaração de voto do Presidente da Câmara, subscrita pelos Vereadores eleitos pela Coligação Juntos pelo Futuro e declaração de voto do Vereador Miguel Félix Paulo, subscrita pela Vereadora Susana Maria Marques Higino de Avelar Gaspar. -----
----- **Declaração de Voto do Vereador Miguel Félix Paulo**, que se transcreve na integra:
----- “Aos Vereadores não compete fazer simplesmente recomendações em sede de Câmara, compete fazer propostas e foi isso que foi feito, às declarações que fez a propósito destes dois Pontos e destas duas Propostas, na esmagadora maioria referiu questões de gestão corrente e eu estou aqui a colocar questões de planeamento. -----
----- “Se tem toda essa informação compilada e todos esses passos dados e eu ressalvei isso, quer nas Propostas, quer na intervenção que aqui fiz, então muito mais fácil seria condensar isso num Plano de “ataque” onde todos nós estivéssemos em uníssono e os pudéssemos defender, não está preparado a todo o momento para se houver a tal abertura de aviso poder concorrer a Fundo Comunitários ou Nacionais para resolver a questão, a nossa questão mantem-se, é uma questão premente e por isso votei a favor”. -----
----- **Declaração de Voto do Presidente da Câmara**, que se transcreve na integra: “ O meu voto contra justifica-se com o facto de e como tentei ilustrar na minha intervenção de

esclarecimento, considerar estes dois setores como setores importantíssimos de prestação de serviços básicos pela Câmara Municipal, competência da Câmara Municipal e com a necessidade de atenção ao minuto, situação que é verificada ao minuto também quer pelos eleitos quer pelos técnicos da Câmara Municipal. -----

----- Considero que, o trabalho feito nestes dois setores, com os resultados que são medidos e comunicados pelas Entidades Reguladoras, garantem que as escolhas que estão a ser efetuadas na regulação destes dois setores e na modernização e apetrechamento, estão a ser as escolhas corretas, razão pela qual refuto, a ideia de não haver um plano existente, ainda que possa não ser um plano escrito com um dossiê organizado para que o Senhor Vereador possa estar mais sossegado, porque os resultados são fruto de Políticas bem definidas na gestão desses setores, mais uma vez, digo, que por ventura não terá percebido aquilo que eu disse, quando nos diz que não estamos preparados para concorrer a Fundos Comunitários, e a verdade não é essa, porque o Município de Rio Maior tem um projeto Técnico feito, terminado, orçamentado e pronto a colocar em qualquer candidatura, restando para isso um dia ou dois de revisão de preços.

----- O Município de Rio Maior, será dos únicos do Distrito, que tem esse Projeto já feito e que partirá à frente em qualquer candidatura, portanto ainda com a ausência de plano escrito o que não tem faltado nestes dois setores é planeamento e disso temos dado provas na rua todos os dias". -----

----- **PONTO III – PROPOSTA Nº 6 – PLANO DE OTIMIZAÇÃO, REABILITAÇÃO E EXTENSÃO DA REDE DE SANEAMENTO BÁSICO, DO CONCELHO DE RIO MAIOR – EXECUÇÃO E DESENVOLVIMENTO.** -----

----- Colocado à votação o **Ponto III**, o mesmo foi **reprovado** com 2 votos a favor dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e 5 votos contra do Presidente da Câmara e dos Vereadores eleitos pela Coligação Juntos pelo Futuro, com declaração de voto do Presidente da Câmara, subscrita pelos Vereadores eleitos pela Coligação Juntos pelo Futuro e declaração de voto do Vereador Miguel Félix Paulo, subscrita pela Vereadora Susana Maria Marques Higinio de Avelar Gaspar. -----

----- **PONTO IV – PROGRAMA ECO ESCOLAS ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA (ABAE) ANO LETIVO 2022 2023 | AUTORIZAÇÃO PARA INSCRIÇÕES |DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea u), do nº1, do artigo 33.º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro: -----

----- a) Autorizar para o pagamento da inscrição no Programa Eco-Escolas dos estabelecimentos de ensino: Escola Básica Fernando Casimiro Pereira da Silva; Escola Básica Marinhas do Sal; Escola Profissional de Rio Maior; Escola Secundária Dr. Augusto

César da Silva Ferreira, no valor total de 320,00 euros; -----

----- b) Assinatura da Declaração do Município de compromisso com o programa Eco – Escolas para cada escola proceder à respetiva inscrição. -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO V – ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR | ANO LETIVO 2022/2023**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações e pareceres emitidos, aprovar a atribuição de suplemento alimentar para 58 crianças/alunos, identificadas pelos Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, devidamente fundamentada através do parecer do Serviço de Desenvolvimento Social deste Município, quanto à real necessidade do apoio em causa, com o valor total estimado de 5 854,03€ (cinco mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e três cêntimos), a iniciar em novembro de 2022. -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO VI – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES | ESCOLA BÁSICA POETA RUY BELO (PRÉ-ESCOLAR)**.-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações emitidas, proceder à isenção do pagamento das refeições, com efeitos à data de início do ano letivo e até que a situação ser regularizada pela Segurança Social, assim como a anulação da respetiva fatura já emitida. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sugeriu aos Vereadores que a discussão do **Ponto VI e do Ponto VII**, fosse feita em conjunto, considerando que os mesmos tratam da mesma matéria, sendo a votação feita de forma separada após a discussão. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO VII – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES | ESCOLA BÁSICA LATINO COELHO (PRÉ ESCOLAR)**..-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações emitidas, deliberou

a isenção do pagamento das refeições, com efeitos à data de início do ano letivo e até que a situação seja regularizada pela Segurança Social.-----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO VIII – BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR | DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS CANDIDATURAS 2022/2023 |RENOVAÇÕES E NOVAS ATRIBUIÇÕES.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, a concessão de um total de 20 (vinte) bolsas, 3 (três) das quais no âmbito do previsto no Regulamento Social dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior; -----

-----A atribuição do valor de 55,00€/mês para cada bolsa, num montante total de 495,00€/bolsa; -----

----- Que o período de candidaturas para renovação das bolsas de estudo atribuídas no ano transato, ano letivo de 2021/2022, e para a 1ª atribuição, decorra entre o dia 3 e o dia 25 de novembro de 2022; -----

----- Que a formalização da candidatura seja efetuada através de impresso próprio e da junção da documentação mencionada no artigo 9º, a entregar na Loja do Cidadão; -----

----- Que a Comissão de Análise seja constituída pelos elementos efetivos Aldina Santos, Anabela Leal e Alexandra Nazaré e pelos elementos suplentes Marta Flor e Andreia Martins; -----

----- Que a Comissão de Análise inicie os procedimentos da apreciação dos pedidos de renovação no prazo limite de dez dias úteis, subsequentes ao término do período de candidatura; -----

----- Que o pagamento do montante anual seja efetuado numa única tranche; -----

----- A autorização para a realização da despesa correspondente à atribuição de um total de 20 bolsas, num valor total estimado de 9.900,00€. -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO IX – PRÉMIO “BOMBEIRO DE MÉRITO|COMANDANTE DO QUADRO DE HONRA DR. ° EDUARDO AGOSTINHO” | AQUISIÇÃO DE CAPACETE DE CRISTAL.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a aquisição de um capacete de cristal, para atribuição no âmbito do Prémio “Bombeiro de Mérito – Comandante do Quadro de Honra Dr. ° Eduardo Agostinho”, no valor de € 545, (quinhentos e quarenta e cinco euros).-

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO X – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES |LOCAL DE CONSUMO|RIBEIRA DE SANTO ANDRÉ.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o pagamento da fatura relativa ao processamento do mês de agosto, no valor total de € 640,21, (seiscentos e quarenta euros e vinte e um cêntimos), em 10 prestações mensais, de acordo com o plano de pagamento em anexo, com início de pagamento em novembro de 2022. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sugeriu aos Vereadores que a discussão do **Ponto X e do Ponto XI**, fosse feita em conjunto, considerando que os mesmos tratam da mesma matéria, sendo a votação feita de forma separada após a discussão. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO XI – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES |LOCAL DE CONSUMO | MARINHAS DO SAL.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o pagamento da fatura relativa ao processamento do mês de agosto, no valor total de € 626,30, (seiscentos e vinte seis euros e trinta cêntimo), em 10 prestações mensais, no valor de € 62,63, (sessenta e dois euros e sessenta e três cêntimos), de acordo com o plano de pagamento em anexo, com início de pagamento em novembro de 2022. -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO XII – EMPREITADA: “AMPLIAÇÃO DAS CRECHES DE CHAINÇA E MALAQUEIJO | LOTE 1 – CRECHE DE CHAINÇA”, PROCESSO Nº 7/2019/CP-LT1|LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO | DEPÓSITOS EM DINHEIRO E SEGURO CAUÇÃO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a liberação parcial da caução no valor de € 21 419,45 (vinte e um mil quatrocentos e dezanove euros e quarenta e cinco cêntimos), nos termos da informação n.º 51/UPGF/NM, de 12/10/2022 e respetivos despachos. -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

Ponto XIII - Contrato de Planeamento para alteração do Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior. -----

----- Retirado da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO XIV – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS E DISTINÇÕES | COMEMORAÇÕES DOS 186 ANOS DA ELEVAÇÃO DE RIO MAIOR A CONCELHO** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a proposta de atribuição de medalhas e distinções, aquando das comemorações dos 186 anos da elevação de Rio Maior a concelho. -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO XV – CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE PRÉDIO SITO EM CASAL DO RATO, BOIÇAS, RIO MAIOR | PROCESSO N.º 28/2022/255.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base na informação técnica e parecer anexos, e de acordo com o requerido, certifique que, se comprova a reunião de requisitos para efeitos de destaque de uma parcela com 2.513,10m² do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 5267/19980803 e inscrito na matriz predial sob o artigo 53 da secção DF, da freguesia e concelho de Rio Maior, com um área total atual de 5.905,60m². -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo** -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**, com declaração de voto do Vereador Miguel Félix Paulo, subscrita pela Vereadora Susana Maria Marques Higinio de Avelar Gaspar. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Miguel Félix Paulo**, que se transcreve na integra:

----- " Declaro como habitualmente faço fé na informação dos serviços por não conhecer as questões em concreto". -----

----- **APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES** -----

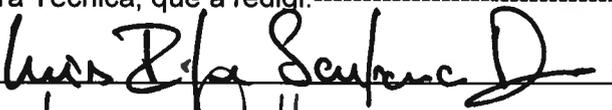
----- Ao abrigo do preceituado no n.º 3, do artigo 57.º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e bem assim do que dispõe o nº 4, do artigo 34 do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar, em minuta, todos os textos das Deliberações, para efeitos imediatos. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram onze horas e cinquenta minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Margarida Maria Machado Coelho, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA:



A COORDENADORA TÉCNICA:

